O RETROCESSO DO DIREITO DO TRABALHO: VIOLAÇÃO AO PRÍNCÍPIO DO NÃO RETROCESSO SOCIAL

Nome dos Alunos: Gabriel Alves Jabour, Mayra Moreschi Oliveira, Milena Santos Neves.

Orientador: Laura Krause.

1- Acadêmicos do curso de Direito

2- Titulação do orientador – Professor Multivix - Vitória

RESUMO

Em síntese, discutirá a evolução do direito do trabalho, da antiguidade até a concepção capitalista atual, visando apresentar os direitos adquiridos pelos trabalhadores ao decorrer dos períodos históricos, esclarecendo acerca dos acontecimentos mais importantes que contribuíram para a ascensão dos direitos trabalhistas, a criação da justiça especial competente para promover a defesa dos interesses dos trabalhadores, bem como a violação do princípio do não retrocesso do direito social frente as garantias individuais dos trabalhadores.

1. INTRODUÇÃO

Nos tempos mais remotos o trabalho era visto como um método penalizador para o ser humano, até chegarmos a ideia de que a atividade laboral dignifica o homem, atravessamos uma longa evolução histórica. Passaremos pelos principais caminhos percorridos até a definição do modelo de trabalho que conhecemos atualmente, desde a pré-história, onde os papéis de trabalho eram estabelecidos através do gênero e da idade; abordando sucintamente o período escravocrata nos diferentes povos e etnias; chegando até a Idade Média onde o trabalho escravo foi ficando para trás, dando lugar ao Feudalismo e a relação entre vassalo e suserano; por fim, iniciando a contemporaneidade relatando

sobre um marco no direito do trabalho, bem como uma importante mudança de paradigma quanto a concepção do trabalho, a Revolução Industrial.

O presente grafado visa a exposição do direito do trabalho na ótica dos direitos conquistados pelos trabalhadores no decorrer dos anos, considerando a evolução da humanidade juntamente com suas concepções acerca do trabalho desde as épocas mais remotas até os dias modernos.

Não obstante, a presente pesquisa ainda busca problematizar a subsequente temática: “Retrocesso dos direitos do trabalho. Violação ao princípio da não retroatividade social e da inafastabilidade da jurisdição” frente aos interesses dos empresários e dos comerciantes, deixando de observar os interesses dos trabalhadores para atender aos seus incessantes anseios pela busca do empreendedorismo perfeito, onde os empresários gastam cada vez menos com a mão de obra e enriquecem-se cada vez mais com os lucros obtidos através do trabalho árduo realizado pela classe trabalhadora, tal busca é utópica, uma vez que sempre deve prevalecer a higidez física e mental do trabalhador frente as condições degradantes impostas pelos empregadores. Daí surge a necessidade de criar órgãos competentes para amenizar estas desigualdades, tratando os desiguais na medida de suas desigualdades, em uma palavra, equidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO DE TRABALHO

A noção de trabalho na Grécia e Roma Antigas possuía uma carga pesada, era utilizado como fonte de castigo, sinônimo de sofrimento para quem o exercia. Seu termo está localizado como derivação do verbo trabalhar, enquanto sua origem etimológica decorre do latim vulgar *tripaliāre*, interpretado como torturar, tendo raiz no latim *tardio tripalium*, em referência a um artefato de tortura usado pelos antigos romanos para castigar os réus ou condenados. (Bueno: 1988, p.25)

O *tripalium* era um instrumento feito de três paus (tri = três e palium = palito). Neste aparelho de tortura, o criminoso era amarrado e depois submetido a chicoteamento. Não é de estranhar que, com o passar do tempo, a denominação *tripalium* do latim vulgar passasse a se chamar fadiga, sofrimento ou penalidade (esta denominação estava associada normalmente às atividades realizadas no campo e no regime de escravidão).

Sergio Pinto Martins preleciona que:

“Inicialmente o trabalho foi considerado na Bíblia como castigo. Adão teve de trabalhar para comer em razão de ter comido a maçã proibida. Trabalho vem do latim *tripalium*, que era uma espécie de instrumento de tortura de três paus ou uma canga que pesava sobre os animais. A primeira forma de trabalho foi a escravidão, em que o escravo era considerado apenas uma coisa, não tendo qualquer direito, muito menos trabalhista. O escravo, portanto, não era considerado sujeito de direito, pois era propriedade do dominus. Nesse período, constatamos que o trabalho do escravo continuava no tempo, até de modo indefinido, ou mais precisamente até o momento em que o escravo vivesse ou deixasse de ter essa condição. Entretanto não tinha nenhum direito, apenas o de trabalhar. Na Grécia, Platão e Aristóteles entendiam que o trabalho tinha sentido pejorativo. Envolve apenas a força física. A dignidade do homem consistia em participar dos negócios da cidade por meio da palavra. Os escravos faziam o trabalho duro, enquanto os outros poderiam ser livres. O trabalho não tinha o significado de realização pessoal. As necessidades da vida tinham servís, sendo que os escravos é que deveriam desempenhá-las, ficando as atividades mais nobres destinadas às outras pessoas, como política. Hesíodo, Protágoras e os sofistas mostram o valor social e religioso do trabalho, que agradaria aos deuses, criando riquezas e tornando os homens independentes. A ideologia do trabalho manual como atividade indigna do homem livre foi imposta pelos conquistadores dóricos (que pertenciam à aristocracia guerreira) aos aqueus. Nas classes mais pobres, na religião dos mistérios, o trabalho é considerado como atividade dignificante”.

O trabalho deveria ser visto como meio de favorecer a honra subjetiva do indivíduo perante a sociedade, mas não só isso, deveria também ser um dos meios pelo qual o ser humano é capaz de explicar suas ideias e características

únicas que visa explorar a criatividade do ser humano, lhe permitindo escolher o que fazer, explorar de forma árdua e chegar ao fim planejado, ou seja, o trabalho não deve ser visto como um encargo ou algo penoso, mas sim como meio honroso frente a sociedade, bem como para explanar os conhecimentos e capacidade recreativa do ser humano, o que pode ser observado na obra “Trabalho e transformação do mundo”:

“Pedro e Antônio derrubaram uma árvore. Tiveram uma prática. A atividade prática dos seres humanos tem finalidades. Eles sabiam o que queriam fazer ao derrubar a árvore. Trabalharam. Com instrumentos, não só derrubaram a árvore, mas a desbastaram, depois de derrubá-la. Dividiram o grande tronco em pedaços ou toros, que secaram ao sol. Em seguida, Pedro e Antônio serraram os troncos e fizeram tábuas com eles. Com as tábuas fizeram um barco. Antes de fazer o barco, antes mesmo de derrubarem a árvore, eles já tinham na cabeça a forma do barco que iam fazer. Eles já sabiam para que iam fazer o barco. Pedro e Antônio trabalharam. Transformaram com o seu trabalho a árvore e fizeram com ela um barco. É trabalhando que os homens e as mulheres transformam o mundo e, transformando o mundo, se transformam também.”

Pela cantiga “A enxada” podemos perceber como o trabalho é importante para o meio social, bem como para aqueles que abusam do trabalho escravo enquanto deveriam apreciar e incentivar um trabalho licito e bem humorado, exercido com amor.

“A enxada é companheira
De quem vive no sertão
Trabalhando o dia
inteiro
Pra sustentar a nação
Ela não é diplomada
E vive suja do chão.
Mas se um dia resolver
Abandonar a profissão
Eu queria ver Seu
Ricaço e Seu Barão
Vestir seu cadillac e comer televisão”.

Não obstante o fato já mencionado sobre o labor com amor, insta frisar que com o desenvolvimento do capitalismo, os trabalhadores tiveram de se adaptar a um modelo incessante de produção que, muitas vezes, os submete à exploração. Eles passaram a vender sua força de trabalho para obter salário e, assim, conseguir recursos para sua sobrevivência.

Ao darmos um salto para a contemporaneidade, percebemos a grande mudança na concepção do trabalho, que é utilizado para classificar as pessoas (empregado x desempregado), havendo uma pressão social sobre o indivíduo para que esteja trabalhando, bem como para que gere resultados em seu labor.

2.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A evolução histórica do trabalho surgiu a partir da busca humana de satisfazer suas formas biológicas de sobrevivência, a medida em que essas necessidades foram sendo supridas, outras foram surgindo, fazendo com que nascessem outras relações que determinaram a condição histórica do trabalho.

Em seu escrito “O Sistema da vida ética”, Hegel apresenta a seguinte filosofia:

“[...] a atividade peculiar do ser humano que supera o instinto imediato do desejo animal e é capaz de criar produtos e ferramentas. Uma manifestação dialética que se estabelece entre objeto e sujeito, entre o impulso cego da necessidade e a satisfação que libera o ser humano do círculo fechado do si e o faz encontrar com os outros: “o que o indivíduo faz para si torna-se um fazer para toda a espécie” (HEGEL, 1991, p. 182).

2.2.1 Pré-História

Durante a Pré-História as definições e papéis no trabalho eram muito bem estabelecidas, os homens tinham como função a caça, a pesca, os trabalhos braçais, sendo responsáveis por prover o sustento da família, enquanto a mulher cozinhava, colhia frutos, cuidava da casa e da prole. Ou seja, o trabalho era definido de acordo com os papéis de gênero e idade.

2.2.2 Escravatura

Assírios, egípcios, gregos, e romanos tinham a escravidão como prática. Nestes povos não havia distinção de raça, gênero ou religião. Os escravos exerciam funções em campos, minas, cidades, comércio, artesanato e serviço militar. Insta frisar que os escravizados neste período eram compostos por grupos de prisioneiros de guerra e pessoas endividadas.

De acordo com o filósofo Aristóteles (que escreveu uma Constituição de Atenas, no século IV A.C):

a sociedade ateniense estava dividida em eupátridas ou “bem nascidos”, ou seja, os membros da aristocracia que podiam reivindicar ancestrais prestigiosos, georgói, camponeses, e demiurgói, ou artesãos. Estes três grandes grupos comporiam a classe dos cidadãos. Para ter a cidadania, isto é, gozar de direitos políticos e possuir terras era preciso ter pais e mães atenienses. Os metecos (estrangeiros) e os escravos não eram considerados cidadãos. As mulheres e crianças tinham uma cidadania restrita, pois não podiam participar da vida política. (2007, pg. 76)

Durante a Idade Moderna a montagem do sistema colonial inserido na lógica mercantilista tornou a escravidão uma atividade muito rentável, assim a questão racial foi introduzida para justificar a escravização dos africanos, a partir daí a escravatura foi adotada em diversos continentes. Em países como Brasil e Portugal a escravidão concentrava-se também na mão de obra indígena.

Em 1807 na Inglaterra e nos Estados Unidos o tráfico de africanos tornou-se ilegal.

Enquanto no Brasil, a proibição veio no ano de 1850 com o advento da Lei Eusébio de Queiroz. Todavia, somente no ano de 1888 está terrível prática (nos moldes antigos) foi extinta legalmente através da Lei áurea.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano de 1948, dispôs em seu artigo IV, que ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

2.2.3 Idade Média

A Idade Média compreende o período entre a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e a tomada de Constantinopla, pelos turcos, em 1453. É dividida em duas etapas: Alta Idade Média (século V ao X) e Baixa Idade Média (século X ou XV). Nesse período houve a predominância da Igreja Católica, que coordenava, regia, punia a população e possuía a posse de maioria das terras.

No início da Idade Média, o trabalho escravo foi desaparecendo, dando lugar ao feudalismo e ao servo. Na servidão, os servos são considerados ligeiramente “mais livres” que os escravos.

O senhor feudal cedia uma parte de suas terras ao trabalhador que nelas trabalhava. O servo trabalhava nestas terras, cuidava dos animais, da agricultura, retirando assim os alimentos para seu próprio sustento, todavia, esta relação de trabalho era deveras abusiva e opressora, visto que o servo doava sua mão de obra, fazendo com que os senhores ficassem ainda mais ricos e quanto mais o servo produzia, mais tinha que dar ao senhor.

Havia trabalhadores artesãos, mas estes não tinham padrões definidos, mas recebiam salário por seus trabalhos, podendo ser considerados como os profissionais liberais de hoje.

2.2.4 Idade Moderna

A partir do século XII iniciou-se um processo de transformação na Europa, denominado Renascimento Comercial e Urbano, acarretando num novo modelo de desenvolvimento e modo de produção, o Capitalismo. A classe burguesa deslocava-se até o Oriente a procura de produtos, bem como viajavam para as cruzadas e ao voltarem criavam feiras nas quais vendiam os produtos trazidos, gerando o crescimento das cidades e o maior desenvolvimento do comércio.

Com o sistema Capitalista, a ideia do trabalho começa a se modificar juntamente com a mudança do sistema produtivo. Outras classes como a Igreja, os empresários, foram responsáveis por encorajar a burguesia na busca incessante pelo lucro. Assim, o trabalho deixou de ser algo repugnante e se tornou algo capaz de dignificar, edificar o ser humano.

Durante a Idade Moderna existiam empresas artesanais e familiares, oficinas com aprendizes que recebiam moradia e alimentação em troca de sua mão de obra e ocasionalmente algum dinheiro. Assim começou a surgir o conceito de emprego.

2.2.5 Revolução Industrial

O pioneirismo inglês foi o principal motivo da Inglaterra se tornar uma grande potência.

A chegada da burguesia ao poder político no século XVIII e o grande capital que os ingleses haviam acumulado durante os séculos e que foi investido na indústrias também contribuíram muito para tal feito.

No que tange a relação empregado e empregador (operários x burgueses), a classe operaria surgia juntamente com as fabricas, graças ao cercamento de terras para a burguesia. A tomada de terras e a consequente expulsão dos camponeses fez com que os camponeses que tinham relações ainda feudais fossem obrigados a procurar sustento na cidade, gerando mão de obra abundante e barata para as indústrias, este período foi denominado de êxodo rural.

O êxodo rural, com os patrões que visavam apenas a expansão do seu próprio lucro fez com que os trabalhadores se submetessem a jornadas exaustivas de trabalho, condições precárias nas fábricas, alta carga horária, remuneração irrisória e nenhum direito garantido por lei.

Assim, segundo Sérgio Lessa e Ivo Tonet, no livro Introdução à filosofia de Marx:

O que caracteriza a sociedade capitalista frente aos modos de produção anteriores é a redução da força de trabalho a mera mercadoria e, portanto, o desprezo absoluto das necessidades humanas. O resultado é um individualismo burguês: a redução da coletividade a mero instrumento para o enriquecimento privado dos indivíduos (Lessa, Tonet, 2008, p.71).

Os baixos salários também promoviam a introdução dos demais membros da família para dentro das fábricas. Mulheres e crianças trabalhavam ganhando, em média, um terço do que um homem adulto recebia pela mesma função. Em algumas fábricas, haviam cargos em que a atividade exercida era a imposição de penas físicas aqueles que não cumprissem as tarefas determinadas. A falta de segurança também fazia da fábrica um ambiente totalmente insalubre que oferecia sérios riscos à saúde dos trabalhadores.

Com o crescente desenvolvimento fabril, cumulado com o aumento dos lucros, proporcionou uma notável evolução tecnológica, ocasionando no surgimento de máquinas que foram utilizadas como substitutas da mão de obra humana, fazendo com que muitos operários perdessem seus empregos.

Pode-se afirmar que foi durante este período que surgiram os primeiros sindicatos frente a luta pelos direitos trabalhistas, foram os movimentos chamados de Ludismo e Cartismo.

Enquanto os Ludistas, liderados por Ned Ludd, invadiam as fábricas para quebrar as máquinas pois alegavam que estas roubavam seus empregos e cooperavam para a diminuição de seu salário, sendo fortemente reprimidos.

O Cartismo liderado pelos trabalhadores Feargus O'Connor e William Lovett, tentava ampliar os direitos dos operários através da política, aderindo as greves e escrevendo a chamada "Carta do Povo", documento que trazia uma série de reivindicações como a substituição do voto censitário pelo sufrágio universal, a instituição do voto secreto e a remuneração parlamentar.

Petição Cartista, Inglaterra (1838)

Aos ilustres membros das Comunas da Grã-Bretanha e da Irlanda, reunidos em Parlamento, esta petição de seus abaixo-assinados concidadãos no sofrimento. (...) Que nós, peticionários, que habitamos numa terra cujos negociantes são conhecidos pela iniciativa, cujos operários são muito habilidosos, e cujos trabalhadores são conhecidos, proverbialmente, por sua operosidade (...) temos gozado, há 23 anos, de uma profunda paz. Contudo, com todos os elementos de prosperidade nacional (...) nos encontramos oprimidos com o sofrimento público e privado. Estamos esmagados. sob uma carga de

impostos que, apesar de tudo, ficam muito aquém das necessidades de nossos governantes (...) poucos governam no interesse de poucos, enquanto que o interesse da maioria tem sido estupidamente negligenciado. Foi a esperança entusiástica dos amigos do povo que um remédio à maior parte para não dizer à totalidade de seus males, seria encontrado no Reform Act de 1832. Eles olhavam lei como instrumento de finalidades válidas que permitiria melhorar a legislação (...) Foram amargamente e profundamente decepcionados (...) Nossa escravidão foi trocada por um aprendizado da liberdade, e isto agravou a sensação penosa de nossa degradação social, acrescentando-lhe o sofrimento de uma esperança ainda adiada (...) Tal estado de coisas não pode prolongar-se. Não o pode sem perigo sério para a estabilidade do trono e da paz do reino (...) Nós dizemos à honrada Câmara que o capital do patrão não deve mais tempo ser privado de seu justo salário. Que as leis que criam a carestia dos alimentos e as que rareiam o dinheiro devem ser abolidas. Os impostos devem recair sobre a propriedade, não sobre a indústria. O bem-estar de grande número, único fim legítimo, deve ser a única preocupação também do governo. Como preliminar essencial a estas reformas e a outras para assegurar ao povo os meios pelos quais seus interesses poderão ser eficazmente defendidos e assegurados, pedimos que, na confecção das leis, a voz de todos possa, sem entraves, ser ouvida. Preenchemos os deveres de homens livres e queremos ter-lhes os direitos. Eis porque pedimos o sufrágio universal. Este sufrágio, para ser livre de corrupção dos ricos e das violências dos poderosos, deve ser secreto. As relações entre deputados e o povo devem, para ser benéficas, ser íntimas (...) Eleições freqüentes são essenciais: pedimos parlamentos anuais. Somos obrigados pelas leis existentes a escolher nossos representantes entre homens incapazes de apreciar nossas dificuldades, que não simpatizam muito com elas: comerciantes retirados dos negócios e que deles não ressentem mais os tormentos; proprietários de terras igualmente ignorantes dos males e dos remédios; juristas que procuram a notoriedade pública na Câmara somente para dela tirar vantagem nas cortes de justiça (...) Pedimos que a aprovação dos eleitores seja o único critério exigido e que todo deputado, receba, do tesouro público, uma remuneração justa e adequada, que o indenize do tempo que foi chamado a consagrar-se ao serviço da nação (...) Agrade, pois, à respeitável Câmara, levar nossa petição em séria consideração e de esforçasse, com vigor, por

todos os meios constitucionais, em fazer promulgar uma lei que garanta a todo cidadão masculino maior, são de espírito e inocente de qualquer crime, o direito de votar para deputados do Parlamento, e que institua o voto secreto para todas as eleições parlamentares futuras, ao mesmo tempo que ordene a duração de um Parlamento não ultrapasse um ano, abolindo todos os critérios de propriedade de seus membros e lhes prevendo uma indenização durante o tempo de seu mandato. E seus peticionários rogarão para sempre. (Fonte: MATTOSO, Kátia M. de Q. Textos e documentos para o estudo de História Contemporânea. São Paulo: Edusp, 1976).

O movimento conseguiu o apoio dos parlamentares da época.

2.2.6 Surgimento da Justiça do Trabalho

Em 01 de maio de 1941, durante um ato público no estádio do Vasco da Gama, no estado do Rio de Janeiro, Getúlio Vargas declarou instalada a justiça do trabalho no Brasil.

2.3 AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) criada no ano de 1919, pelo Tratado de Versalhes, resultou na criação do Direito Internacional do Trabalho, o qual vem se fortificando cada vez mais a partir da intensa globalização e da crescente influência internacional nos institutos normativos nacionais. Quanto à duração da jornada de trabalho, a Convenção de nº 1 (inaugural) da OIT, definiu como parâmetro a jornada de oito horas diárias ou de quarenta e quatro horas semanais, dando início ao reconhecimento de garantias mínimas aos trabalhadores.

Contudo, A história da Justiça do Trabalho no Brasil tem sua origem definida a partir da criação do Conselho Nacional do Trabalho em 1923, atendendo aos anseios de uma classe trabalhadora que se consolidava. Nos 20 anos seguintes, o direito do trabalho passou por diversas transformações ao ser ampliado, organizado e regulamentado. Esse processo culminou com a

instalação da Justiça do Trabalho em 1941 e surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943.

Na data de 30 de abril de 1923 foi criado o Conselho Nacional do Trabalho (CNT) por meio do Decreto nº 16.027. O órgão é vinculado ao Poder Executivo e tem caráter consultivo, o CNT tinha como escopo "ocupar-se dos sistemas de remuneração do trabalho, contratos coletivos do trabalho, sistemas de conciliação e arbitragem, trabalho de menores, trabalho de mulheres, seguros sociais, caixas de aposentadoria e pensões de ferroviários". (Art.2º)

Após 5 anos, em 19 de janeiro de 1928, foi publicado o Decreto nº 18.074, que deu novo regulamento ao CNT. Contudo, manteve a sua vinculação ao Poder Executivo, mais precisamente ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Na nova legislação o CNT foi definido como: "corporação destinada ao estudo dos problemas da economia social e de todos os assuntos que possam interessar à organização do trabalho e da previdência social". Dentre suas novas atribuições, estabelecidas no art. 10 do referido decreto, constavam propor ao Governo as medidas que julgasse convenientes no tocante à previdência social e à normalização do trabalho, impor multas aos infratores das leis e regulamentos e organizar o seu próprio regimento interno.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi constituído na data de 12 de dezembro de 1930, logo após a chamada política do "café com leite", onde ocorreu o assassinato de João Pessoa, candidato a Vice-Presidente de Getúlio Vargas, e foi o marco em que Washington Luís foi destituído do cargo de presidente, não permitindo a posse de Júlio Prestes e acabando por possibilitar a ascensão de Getúlio Vargas que veio a editar o Decreto 19.482, conhecido como nacionalização do trabalho ou lei dos 2/3. Por meio do Decreto 19.770, em 1931, conhecido como lei da sindicalização, editada por Lindolfo Collor, que visava um sindicato único por categoria, outorgava o controle financeiro dessas instituições ao Ministério do Trabalho para maior controle das finanças sindicais, definia o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado, além de abordar aspectos relacionados à participação de estrangeiros em manifestações de cunho ideológico.

A primeira Constituição que trouxe em seu arcabouço direitos e garantias aos trabalhadores foi a Mexicana, onde ficaram estabelecidos diversos direitos trabalhistas com força de garantias constitucionais, quais sejam, proibição do trabalho para o menor de 12 anos, limitação de jornada para o menor de 16 anos, salário mínimo, proteção à maternidade, descanso semanal remunerado, direito de sindicalização e de greve, indenização por dispensa imotivada, seguro social e proteção contra acidentes de trabalho.

A segunda constituição foi a Alemã em 1919, mais precisamente a constituição de Weimar, que abarcava em seus artigos direitos e garantias semelhantes à constituição mexicana, seguida pela Carta Del Lavoro, criada em 1927 na Itália, também para defender direitos e garantias fundamentais indispensáveis aos trabalhadores, visando melhores condições de trabalho e higidez física e mental dos trabalhadores.

A primeira Constituição a discorrer sobre direitos do trabalho no Brasil foi a de 1934. No ano de 1937, Getúlio Vargas deu início ao seu governo ditatorial chamado de “Estado Novo”, uma ditadura severa. “Desde 1935 a repressão tinha crescido contra os comunistas, nascia o discurso da “Segurança Nacional”. (VIANA; 2013; p.51).

Essa fase marca o intervencionismo Estatal, que se identificava como corporativismo, guiada pela Carta Del Lavoro, de 1927, e na Constituição polonesa. Já dizia Oliveira Viana, sociólogo e renomado jurista da época “que o liberalismo econômico não era capaz de manter a ordem social no país, por esse motivo se fez necessário à intervenção do estado”. Com advento do regime ditatorial foi promulgada a Constituição de 1937 que estabeleceu o sindicato único, este foi vinculado ao Estado, criando, assim, o imposto sindical, como uma forma de submeter às entidades de classe ao controle estatal. A greve e o lockout foram considerados movimentos danosos ao trabalho e ao capital, porque não atendiam aos interesses da produção nacional. (art. 139).

Conforme Martins (2007), a Constituição de 1946 veio para romper com a intervenção estatal, imposta na Constituição anterior, qual seja, a ditatorial promulgada por Getúlio Vargas em 1937. Assim, é possível notar a criação de

alguns direitos trabalhistas, quais sejam: a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados (art. 157, IV); repouso semanal remunerado (art. 157, VI); estabilidade (art. 157, XII); direito de greve (art. 158) e os demais direitos que já estavam nas normas anteriores.

A legislação ordinária efetiva novos direitos como, por exemplo, a Lei nº 605/49, regulamentando o repouso semanal remunerado; a Lei nº 3.207/57, tratando das atividades dos empregados vendedores, viajantes; a Lei nº 4.090/62, instituindo o 13º salário; a Lei nº 4.266/63, que criou o salário-família e outros. (MARTINS, 2007).

Em 9 de setembro de 1946 com advento do Decreto-Lei nº 9.797 foi o marco histórico onde se deu a extinção do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) e a criação do Tribunal Superior do Trabalho, órgão máximo da justiça do trabalho. Neste mesmo ano a Constituição de da República Federativa de 1946 integrou a Justiça do Trabalho ao poder judiciário, deixando de fazer parte do poder executivo, mantendo sua organização administrativa, bem como a sua representação classista.

No ano de 1943, por intermédio do Decreto-lei nº 5.452 editado pelo até então presidente da república, Getúlio Vargas, houve a unificação de toda legislação trabalhista existente no Brasil, dando origem, assim, às Consolidações das Leis Trabalhistas (CLT). Seu principal objetivo é regulamentar relações individuais e coletivas do trabalho, nela previstas. A CLT é o resultado de 13 anos de trabalho - desde o início do Estado Novo até 1943 - de destacados juristas, que se empenharam em criar uma legislação trabalhista que atendesse à necessidade de proteção do trabalhador. Seu alcance não se limita apenas aos trabalhadores urbanos, estendendo-se também aos trabalhadores rurais e aos domésticos, com advento da EC nº 150, visando abarcar em seu texto normativo as nuances do direito moderno.

Em 1948, 40 anos antes da atual carta magna brasileira, foi criado com o advento da Declaração Universal de Direitos Humanos a limitação do trabalho, férias remuneradas, repouso e lazer, visando preservar a saúde física e mental do trabalhador. Contudo, com o surgimento do neoliberalismo o Estado deixa de

interferir nas relações trabalhistas; a contratação e os salários passam a ser determinados pelas condições econômicas e pela lei de oferta e procura.

A Constituição de 1967 foi promulgada no período em que o país se encontrava sob o rígido regime militar e a justificativa maior de sua divulgação foi a de garantir harmonia entre os fatores de produção. Também trouxe os objetivos dos governos militares explicitados em 1964 e instituiu o direito ao Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que foi criado por meio de lei ordinária em 1966. Assim, a referida Constituição manteve os direitos já constituídos até o presente momento, contudo, podemos destacar na legislação ordinária, a Lei nº 5.859/72, que versa sobre o trabalho dos empregados domésticos; a Lei nº 5.889/73, discorrendo sobre o trabalhador rural; a Lei nº 6.019/74, tratando sobre o trabalhador temporário e Decreto-lei nº 1.535/77, trazendo um novel ao capítulo sobre as férias da CLT.

Somente com advento da atual Carta Magna, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é que se ampliou para nível de garantia individuais os direitos trabalhistas que estão elencados do seu art. 7º ao 11º, sendo incluído o capítulo II “Dos Direitos Sociais,” do título II, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, bem como deixa claro a impossibilidade de interferência nos sindicatos por parte do poder público, visando enfatizar o direito coletivo nos seus trinta e oito incisos, contudo, deixou margem interpretativa para que alguns destes pudessem ser suprimidos frente acordo ou convenção coletiva do trabalho como é o caso do inciso VI, XIV e XXVI do referido artigo. Porém, tal feito não obsta o fato de que foi um imenso avanço e uma grande conquista para o direito do trabalho, bem como para os trabalhadores que estavam sujeitos a inúmeras injustiças, principalmente da desvalorização da mão de obra em virtude da elevada quantidade de pessoas desempregadas frente as poucas vagas disponíveis, se sujeitando, muitas vezes, a condições degradantes e inumanas em virtude da chamada “oferta e procura”.

O jurista Sérgio Pinto Martins assim disserta acerca da questão em comento:

“Inicialmente, as Constituições brasileiras versavam apenas sobre a forma de Estado, o sistema de governo. Posteriormente, passaram a tratar de todos os ramos do Direito e, especialmente do Direito do Trabalho, como ocorre com nossa Constituição atual. A constituição de 1824 apenas tratou de abolir as corporações de ofício (art. 179, XXV), pois deveria haver liberdade do exercício de ofícios e profissões. A Lei do Ventre Livre dispôs que, a partir de 28-09-1871, os filhos de escravos nasceriam livres. Em 28-09-1885, foi aprovada a Lei Saraiva Cotegipe, chamada de Lei dos Sexagenários, libertando os escravos com mais de 60 anos. Mesmo depois de livre, o escravo deveria prestar mais três anos de serviços gratuitos a seu senhor. Em 13-05-1888, foi assinada pela Princesa Isabel a Lei Áurea, que abolia a escravatura. Reconheceu a Constituição de 1891 a liberdade de associação (§ 8º do art. 72), que tinha na época caráter genérico, determinando que a todos era lícita a associação e reunião, livremente e sem armas, não podendo a polícia intervir, salvo para manter a ordem pública”

Destarte, existem regras gerais específicas que podem ser aplicadas ao direito do trabalho, bem como normas específicas que devem ser aplicadas ao direito do trabalho, direito individual, coletivo e direito processual do trabalho.

I. Regras Gerais Específicas Aplicáveis Ao Direito Do Trabalho.

a) "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada" (art. 52, XXXVI);

b) "conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania" (art. 5º, LXXI);

c) "as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata" (art. 5º, LXXVII, § 1º)

II. Normas Específicas Do Direito Do Trabalho, Direito Individual, Direito Coletivo E O Direito Processual Do Trabalho.

a) aumento de 10% para 40% da indenização sobre os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na dispensa imotivada do empregado,

- b) diminuição da jornada semanal de trabalho para 44 horas;
- c) redução para 6 horas da jornada normal nos sistemas de revezamento ininterrupto de jornada, salvo negociação coletiva;
- d) adicional de horas extras de 50%;
- e) acréscimo de 1/3 da renumeração das férias;
- f) irredutibilidade do salário, salvo negociação coletiva;
- g) licença - paternidade de 5 dias;
- h) idade mínima de 16 anos para empregados e 14 anos para aprendizes (Emenda Constitucional n.20, de 1998);
- i) isonomia salarial entre avulsos e empregados;
- j) isonomia salarial favorecendo empregados deficientes;
- k) estabilidade da gestante desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto;
- l) estabilidade do exercem-te de cargo de direção da CIPA, na mesma dimensão atribuída aos dirigentes sindicais;
- m) fixação da contribuição pela assembleia do sindicato, independentemente da contribuição sindical;
- n) direito de greve para os trabalhadores das empresas privadas, inclusive em atividades essenciais, dependendo de lei a greve nos serviços públicos civis;
- o) criação de sindicatos sem necessidade de prévia autorização de lei ou do Poder Público, bastando o registro no órgão competente, o que passou a ser feito no Ministério do Trabalho e Emprego;
- p) autonomia da administração das entidades sindicais, vedadas à intervenção e a interferência do Poder Público;
- q) novo prazo para prescrição das ações trabalhistas.

Não obstante, insta frisar os três grupos fundamentais para a fundação da legislação trabalhista brasileira, quais sejam: a) a consolidação das leis trabalhistas em 1942 com intervenção estatal nas relações coletivas de trabalho prejudicando, assim, a atuação sindical; b) advento da Norma Magna de 1988 que proibiu a intervenção estatal, dando autonomia para os sindicatos atuarem livremente nas relações coletivas de trabalho, bem como auxílio para o direito individual do trabalhador; c) aprovação da legislação esparsa em 1988, deixando mais maleável as normas sobre a jornada de trabalho, bem como das subcontratações.

A primeira menção para a criação de um órgão exclusivo para exercer a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau se deu em 2000 com a Resolução Administrativa 724, feita em uma sessão extraordinária pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho. O órgão seria composto por nove membros e realizaria sessões ordinárias trienalmente, ou seja, uma vez a cada três meses.

Contudo, somente em dezembro de 2004 pela Emenda Constitucional nº 45, conhecida como reforma do judiciário, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) pode ser instituído, com as atribuições supratranscritas, mas apenas em 15 de junho de 2005 é que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho foi instalado por intermédio do TST, representado por seu presidente, ministro Vantuil Abdala, e começou a exercer suas atividades após edição e aprovação do regimento interno do CSJT feito pelo próprio Tribunal Superior do Trabalho por meio da Resolução Administrativa 1.064/2005.

A referida Emenda à Constituição é um marco histórico para o direito do trabalho, uma vez que além de criar um órgão de suma importância para a Justiça do trabalho, também resolveu conflitos de competência existentes até então, pois a competência para julgar pedidos de indenização por danos morais decorrentes de acidentes de trabalho competia a Justiça Estadual, bem como julgamento de ações de execução das sanções impostas pela fiscalização do Ministério do Trabalho aos empregadores infratores, por exemplo, passou a ser competência da Justiça do Trabalho. Neste íterim, muitas aplicadas pelos

fiscais aos empregadores que impõem aos trabalhadores condições análogas aos de escravos, se contestadas, devem ser examinadas pela Justiça do Trabalho e não pela justiça comum.

Outrossim, o presidente da Comissão de Jurisprudência do TST, ministro Luciano de Castilho, afirma que houve também mudança radical na área de dissídio coletivo. Pela EC nº 45, empregados ou empregadores podem propor dissídio coletivo desde que esse seja de comum acordo. A definição do TST em relação a essa mudança ocorreu no dissídio proposto pelos empregados da Casa da Moeda. A instituição não se opôs ao dissídio coletivo no momento adequado, o que implicou na anuência tácita.

Após discorrer sobre e demonstrar o avanço do direito do trabalho, bem como das conquistas alcançadas pela justiça do trabalho é que se segue a demonstração do retrocesso da justiça do trabalho.

2.4 RETROCESSO DOS DIREITOS TRABALHISTAS. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS IMPLÍCITOS E EXPLÍCITOS

Primeiramente cumpre explicitar o que se entende pela palavra “princípio” no âmbito do direito. Princípio nada mais é do que o alicerce de uma norma, sendo seu fundamento, rocha na qual a norma encontra sua sustentação para racionalizar sua legitimação, motivo pelo qual se entende como norte a ser seguido por um ordenamento jurídico, podendo ser em *lato sensu* – onde é devido respeito à lei por parte de todos como, por exemplo, princípios constitucionais -, bem como em *stricto sensu* – onde se aplica em ramos determinados do direito como, por exemplo, o trabalhista, ao passo que o princípio da proteção do trabalhador serve com alicerce para todos os outros princípios do direito do trabalho.

Para Melo (2009, p. 882-83) o entendimento de princípio se dá como:

“Mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e sentido servido de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a

racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico.”

Feito essa consideração inicial, passa-se a análise do princípio da vedação ao retrocesso social.

O referido princípio visa impedir que, seja por meio de criação legislativa ou interpretação jurídica de normas já existentes, haja retorno a momento civilizatório inferior ao alcançado por meio da concretização de determinado direito social.

Outrossim, o referido princípio ordena o caráter progressista do Direito do Trabalho, realçando a expressa proibição de subtração de direitos e garantias já conquistados pelos cidadãos – seja por meio de movimentos sindicais, sociais, políticos, ou por qualquer outra via que possibilite um avanço social para o direito do trabalho. Nas palavras de Marcelo Casseb Continentino, o princípio da vedação ao retrocesso social pode ser considerado “como um direito constitucional de resistência que se opõe à margem de conformação do legislador quanto à reversibilidade de leis concessivas de benefícios sociais”.

O princípio da vedação ao retrocesso social é uma garantia constitucional implícita, contudo, este entendimento não diminui sua carga valorativa. O referido princípio tem sua base axiológica nos princípios da segurança jurídica, da máxima efetividade dos direitos constitucionais e da dignidade da pessoa humana, porém é autônomo com carga valorativa eficiente própria. Assim, podemos entender que após a efetivação estatal acerca de um direito ou garantia fundamental é inadmissível que este venha a retroceder mediante ato de qualquer poder, ou seja, não é admissível que esse direito passivo de fruição seja vulnerado frente o nosso ordenamento jurídico sem que haja uma devida compensação correspondente.

Insta frisar que os direitos ou garantias constitucionais tem cunho progressista, ou seja, só podem ser alterados para se amoldar a sociedade às nuances da vida moderna, entretanto, tal alteração só pode vir a acontecer caso venha a crescer a carga de fruição, a efetividade prática ou, no máximo, uma alteração neutra sem perda para o cidadão. Assim, entende-se que as normas

da Carta Magna de 1988 são direitos fundamentais, nesta seita é possível entender que os direitos laborais esculpados em seu texto têm força normativa de direito ou garantia fundamental, ficando sujeitos a não retrocessão, principalmente frente ao expresso caráter progressista, o que está estampado no caput do art. 7º do referido dispositivo “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.”

Nesse ínterim, por meio do julgamento da ADI 3.105 (rel. min. Cezar Peluso, j. 18/08/2004), o ministro Celso de Mello afirmou que “a cláusula que proíbe o retrocesso em matéria social traduz, no processo de sua concretização, verdadeira dimensão negativa pertinente aos direitos sociais de natureza prestacional, impedindo, em consequência, que os níveis de concretização dessas prerrogativas, uma vez atingidos, venham a ser reduzidos ou suprimidos”, exceto na hipótese em que sejam estabelecidas políticas compensatórias.

Tendo isso em mente, até seria possível que um direito ou garantia fundamental viesse a ser alterada, contudo, não poderia acarretar prejuízo para aquele que faz jus à concretude do direito fundamental. Entretanto, passo da discorrer quanto às nuances modernas que seguem violando o referido princípio, fato este que luta o STF para combater, contudo, em virtude dos inúmeros casos é praticamente impossível que o Supremo Tribunal Federal de conta de todos os casos, ficando a efetividade os direitos sociais prejudicada. Dito isso, passo a discorrer no tópico que se segue.

2.4.1 Violação à vedação ao retrocesso social

Como suscitado anteriormente, existem inúmeras garantias individuais dos trabalhadores estampadas no texto da Norma Magna de 1988, indo do art. 7º ao 11º, sendo cediço que estes dispositivos merecem vislumbre ao se falar da vedação ao retrocesso do direito social e da eficácia da paralisante das normas constitucionais, é dizer que ainda que a norma constitucional tenha eficácia limitada, esta possui carga valorativa que impede a atuação contrária do poder judiciário.

Contudo, podemos notar divergências jurisprudenciais ao passo que o STF ao editar a súmula nº4, em 2008, deixa claro a proibição de se utilizar o salário mínimo como base de cálculo de vantagens para o trabalhador, posteriormente sendo alterada a redação da súmula nº 228 do TST visando esclarecer que a base de cálculo do adicional de insalubridade deve ter como base de cálculo o salário mínimo vigente à época da concessão da vantagem. Posteriormente tal entendimento veio a ser suspenso pelo próprio STF, em sede de medida liminar, na Reclamação 6.266-MC/DF.

Neste ínterim, criou-se um alvoroço jurídico/trabalhista em âmbito constitucional, pois ao suspender um direito individual garantido constitucionalmente e devidamente constituído, coloca o trabalhador em um limbo legislativo por meio da decisão do judiciário, ficando sem uma base quantitativa a ser seguida, infringindo de fato o princípio da vedação ao retrocesso, ao passo que o trabalhador tem seu direito rechaçado pelo supedâneo da súmula do STF.

Destarte, não podemos deixar de falar da nova legislação falimentar, ao passo que uma lei infraconstitucional (Lei n. 11.101/2005) deixa de observar direitos e garantias constitucionais, infringindo mais uma vez o princípio da vedação ao retrocesso, uma vez que a sucessão realizada pelo arrematante de uma empresa que se encontra em processo de recuperação falimentar ou já decretada sua falência não acarreta na sucessão dos créditos trabalhistas constituídos até o presente momento, deixando de observar a proteção dos direitos laborais sociais sem uma contraprestação razoável ou similar, ficando o obreiro em situação de insegurança jurídica, uma vez que o legislativo edita leis esparsas que deixam de observar princípios constitucionais e o judiciário fica limitado pelo poder legislativo, pois não compete a este legislar, podendo fazê-lo somente em âmbito excepcional como figura atípica.

Repleta de conhecimento e sensatez são as palavras do Ministro Emmanoel Pereira no julgado infratranscrito:

[...] em momento algum podendo servir o citado dispositivo de argumento para a voracidade predatória, típica dos grandes

conglomerados que, impunemente, vêm transformando conceitos, direitos e até garantias em consenso a serviço da ganância travestida de progresso, e que nada mais representa que nefasta metástase social que devora direitos arduamente alcançados. (Brasília. TST- RR- 109600-62.2007.5.01.0064 EMMANOEL PEREIRA Ministro Relator).

A violação ao referido princípio se encontra ainda mais evidente quando falamos da aprovação de leis por parte dos entes administrativos fixando valores inferiores aos estabelecidos na Carta Magna de 1988 quanto à expedição de RPV (Requisição de Pequeno Valor). O parágrafo terceiro do art. 100 da CRFB/88 trazido pela EC nº30/2000 estabelece que o “disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.”. Posteriormente com advento da EC nº 37 ficou decidido por meio dos incisos I e II do art. 87 do ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) limites que deveriam ser utilizados como parâmetros para a expedição do RPV, contudo, alguns entes têm promulgado leis infraconstitucionais que atentam contra os valores mínimos instituídos pela Carta Magna, visando burlar o ordenamento jurídico que preza pela celeridade e busca a efetivação das decisões contra o Poder Público, acarretando no inevitável retrocesso dos direitos sociais e conseqüentemente aos direitos individuais dos trabalhadores, uma vez que afeta diretamente as decisões proferidas pela Justiça do Trabalho condenado subsidiariamente a administração pública naquilo que incorreu com culpa *in eligendo* ou *in vigilando*, pelos créditos trabalhistas inadimplidos pela empresa terceirizada que mantém contrato de prestação com a administração pública, conforma dispões a Súmula nº 331 do TST.

2.4.2 Violação ao princípio da inafastabilidade da jurisdição

Muito se discute quanto ao princípio mãe subjetivo do acesso à justiça, estando estampado no art. 50, inciso XXXV, da CRFB/88, dispondo que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, ou seja, outorga dever objetivo de monopólio ao judiciário, pois de fato é a sua

função típica, e faculta de forma subjetiva o lesado de provocar ou não o poder judiciário.

Nesta seita algumas mudanças trazidas pela reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) atentam contra o referido princípio, uma vez que, ao aplicar encargos penosos ao trabalhador que buscar a justiça do trabalho para fazer valer seus direitos, reduziu drasticamente a provocação da justiça do trabalho, mais pelo temor e menos pela ausência de lesão, pois muitas vezes um lesado deixa de promover uma reclamatória por medo do que foi trazido pela referida reforma, ou seja, acaba por inviabilizar o acesso ao judiciário, pois ainda que beneficiário da justiça gratuita aquele que der causa a um arquivamento por não comparecer a justiça do trabalho na audiência deverá arcar com as custas processuais, sob pena de não poder impetrar outra ação sem antes arcar com as referidas custas, vide art. 844, §2º, da CLT.

Não obstante, a referida Lei também impõe ao trabalhador o ônus de arcar com os honorários periciais se sucumbir no pedido (art. 790-B da CLT), bem como o dever de arcar com os honorários advocatícios do patrono da parte contrária com os créditos que obtiver nesta ou em outra ação judicial (art. 791-A da CLT), nos dois casos ainda que seja beneficiário da justiça gratuita.

Contudo, no dia 20.10.2021 em recente julgado (ADIn 5766) o STF decidiu por declarar a inconstitucionalidade do caput e do parágrafo 4º do artigo 790-B e do parágrafo 4º do artigo 791-A da CLT, a fim de evitar a violação do princípio da inafastabilidade da jurisdição e do amplo acesso ao judiciário. Porém, decidiu por declarar a constitucionalidade do art. 844, §2º, da CLT.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar inconstitucionais os arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vencidos, em parte, os Ministros Roberto Barroso (Relator), Luiz Fux (Presidente), Nunes Marques e Gilmar Mendes. Por maioria, julgou improcedente a ação no tocante ao art. 844, § 2º, da CLT, declarando-o constitucional, vencidos os Ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Redigirá o acórdão o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, 20.10.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Este já era o entendimento adotado pelo E. TRT da 17ª Região, em decisão que se segue:

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO AJUIZADA APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA LEI 13.467/17. POSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO PELA MERA SUCUMBÊNCIA. INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL DO § 4º DO ARTIGO 791-A DA CLT. A Lei 13.467/17, denominada de “Reforma Trabalhista”, inseriu na CLT o art. 791-A, trazendo a possibilidade de condenação da parte, ainda que beneficiária da justiça gratuita, de honorários

advocatícios pela mera sucumbência. Contudo, a interpretação do dispositivo deverá ser feita de forma sistêmica, a luz de todo o ordenamento, a fim de que se extraia a real finalidade da norma, sem violar a principiologia do direito do trabalho, não sendo possível, portanto, exigir que o beneficiário da justiça gratuita arque com eventuais despesas com valores percebidos na demanda ajuizada, ou em qualquer outra, com os créditos eventualmente percebidos. Inteligência do decidido por esta Corte na ArgIncCiv 0000453-35.2019.5.17.0000 e pelo Pretório Excelso nos autos da ADI 5.766.

ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARTIGO 791-A, § 4º, DA CLT. Declara-se a inconstitucionalidade parcial do § 4º, do artigo 791-A, da CLT somente quanto ao trecho: "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que outro processo, créditos capazes de suportar a despesa", no sentido de que não se possa atingir os créditos deferidos ao beneficiário da justiça gratuita, ainda que em outro processo, mas tão somente que a verba honorária fique sob condição suspensiva de exigibilidade, podendo ser executada, se nos 2 (anos) subseqüentes ao trânsito em julgado da decisão que a certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tal obrigação do beneficiário.

2.5 LEI 13.467/2017. REFORMA TRABALHISTA

Com advento da Lei 13.467/2007 foram criados, alterados e revogados diversos dispositivos à Consolidação das leis do Trabalho, além de outras leis trabalhistas e previdenciárias. A denominada “Reforma Trabalhista” trouxe um enorme desafio, qual seja, o de interpretar e aplicar uma alteração tamanha, não podendo deixar de observar as garantias constitucionais, bem como as normais internacionais, a fim de evitar um conflito normativo constitucional ou infraconstitucional, nunca se esquecendo do princípio máximo aplicado ao direito do trabalho – proteção do trabalho. Assim, surge-se a dúvida quanto aos limites a serem aplicados à reforma trabalhista, buscando uma maior harmonização entre a imensa mudança e as normais já existentes.

Sabemos que existem normas materiais e normas processuais, sendo que a primeira fica responsável por regule as relações/conflitos levados à justiça, elegendo quais interesses conflitantes devem prevalecer e quais devem ser afastados, ou seja, o direito material descrito na norma. Por sua vez, a segunda,

é aquela que regula como se dará a solução dos conflitos em juízo e quais ações precisam ser percorridas para a efetivação do direito, ou seja, esta é instrumento utilizado para a efetivação daquela.

Dito isso, passo à análise de quais limitações a Lei nº 13.467/2017 deve enfrentar.

Segundo o art. 2º do referido dispositivo deixa claro o caráter imediatista da reforma trabalhista ao dizer que “aplicam-se aos contratos de trabalho vigentes, na integralidade, os dispositivos da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (art.2º)”. Neste ínterim, no mesmo ano o Ministério do Trabalho e Emprego elaborou a nota técnica SIT Nº 303/2017 baseando-se em regimes administrativos e civilistas, deixando de observar as nuances do processo do trabalho, concluindo pela aplicação imediata aos contratos em curso.

Entretanto, o jurista e atual ministro do Tribunal Superior do trabalho Maurício Godinho Delgado perfilha entendimento diverso do disposto na nota técnica, bem como influenciou a decisão dos demais ministros ao passo que a partir de 24/04/2018 não restaram dúvidas quanto a irretroatividade da referida lei, visto que deve prevalecer o entendimento trazido pelo art. 5º, inciso XXXVI, da CRFB/88 que dispõe “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”, fazendo valer o princípio da irretroatividade, bem como reforçando o entendimento adota por Gomes Canotilho:

“O princípio geral da segurança jurídica em sentido amplo (abrangendo, pois, a ideia de proteção da confiança) pode formular-se do seguinte modo: o indivíduo tem do direito poder confiar em que aos seus actos ou às decisões públicas incidentes sobre os seus direitos, posições ou relações jurídicas 31 6 alicerçados em normas jurídicas vigentes e válidas por esses actos jurídicos deixados pelas autoridades com base nessas normas se ligam os efeitos jurídicos previstos e prescritos no ordenamento jurídico” (2003, p.257).

O mesmo se segue no julgamento que apreciou a constitucionalidade da Lei 8.177/91, ao passo que vislumbrava qual taxa deveria ser adotada na correção monetária a contratos anteriores a sua vigência, assim o Supremo Tribunal Federal entendeu por:

“Se a lei alcançar os efeitos futuros de contratos celebrados anteriormente a ela, será essa lei retroativa 31 9 (retroatividade mínima) porque vai interferir na causa, que é um ato ou fato ocorrido no passado. O disposto no art. 5º, XXXVI, da CF se aplica a toda e qualquer lei infraconstitucional, sem qualquer distinção entre lei de direito público e lei de direito privado, ou entre lei de ordem pública e lei dispositiva. Precedente do STF. Ocorrência, no caso, de violação de direito adquirido”. (STF, ADI 493, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 04.09.1992).

Outro não foi o entendimento adota pelo STF ao declarar a inconstitucionalidade da taxa referencial TR como índice de correção monetária adotado nas relações trabalhistas, suscitada pelas Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) 58 e 59 e pelas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 5867 e 6021. Nesta seita, o STF decidiu por declarar inconstitucional a TR e por aplicar o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), na fase pré-judicial, e, após a citação, a Taxa Selic por esta ter acompanhado melhor os índices inflacionários vivenciados pelo Brasil, bem como modulou seus efeitos a fim de garantir a segurança jurídica e a confiança no poder judiciário, bem como respeitar o princípio da irretroatividade da lei.

Outro não poderia ser o entendimento adota pelo E. Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, bem como dos demais regionais, por isso entendo oportuno colacionar trecho da decisão da Desembargadora relatora **WANDA LÚCIA COSTA LEITE FRANÇA DECUZZI** da 3ª turma do TRT17, acompanhada pelo Pleno do mesmo.

2.3.1.5. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Constou da sentença:

[...]

Vejamos.

A controvérsia envolvendo a utilização da Taxa Referencial como índice de correção dos débitos trabalhistas (art. 879, § 7º, da CLT e art. 39, § 1º, da Lei 8.177) foi recentemente resolvida de forma definitiva pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento conjunto das ADC nº. 58/DF, ADC 59, ADI 5.867 e ADI 6.021.

Segundo a certidão de julgamento constante no portal eletrônico do STF datada de 18/12/2020, o Pretório Excelso decidiu, por maioria, "conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 879, § 7º, e ao art. 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, no sentido de considerar que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)."

A despeito de o processo do trabalho contar com regra própria acerca da aplicação do índice de juros de mora de 1% (art. 39, Parágrafo único, da Lei nº. 8.177/91 - dispositivo que, originalmente, não fazia parte do espectro objetivo apreciado pelas ADC's supracitadas -, o Supremo Tribunal Federal decidiu tratar de forma conjunta a correção monetária e os juros de mora, substituindo-os, na fase judicial, pela aplicação de um único índice, no caso, a taxa SELIC que, na esteira da jurisprudência consolidada do STJ (Temas 99 e 112), é uma espécie de índice que engloba juros e correção monetária, critério normalmente utilizado nas condenações cíveis em geral (REnº. 1.846.819/PR, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª Turma, Data de julgamento: 15/10/2020).

Ante a eficácia vinculante da decisão acima em relação aos órgãos do Poder Judiciário (art. 28, Parágrafo único, Lei nº 9.868/99) - cuja observância tem início desde a publicação da ata da sessão de julgamento, independente da publicação posterior do inteiro teor do acórdão, conforme jurisprudência pacífica do STF (Rcl 6999 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, Dje 07-11-2013; Rcl nº 2.576/SC, Relatora Ministra Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ de 20/8/04) -, é de impor a aplicação do novo entendimento ao presente caso concreto, com a consequente incidência (i) do índice IPCA-E como fator de correção monetária dos débitos no período pré-judicial compreendido entre o primeiro dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços (Súmula 381, TST) até a data da citação válida (art. 240 CPC c/c art. 405 do CC); e (ii) da taxa SELIC no período compreendido entre a citação válida até o efetivo pagamento do débito, abarcando, a um só tempo, juros e correção monetária.

Registre-se, para evitar embargos, que se adotou o critério de acrescentar em qualquer decisão o seguinte esclarecimento: o STF fixou os efeitos modulares de sua decisão, não considerando qual seria a parte recorrente. Sendo assim, o dogma da reforma para pior (*non reformatio in pejus*) - intocável no processo penal - não se aplica a essa hipótese, cabendo às instâncias inferiores tão somente atender ao comando da mais Alta Corte. Sendo assim, considerando-se as variações constantes desses indicadores, mercê dos revezes da economia, que acompanharam a dívida enquanto perdurar, não é garantido que o recorrente não tenha agravada a sua situação, questão que, contudo, não é o norte da decisão erga omnes do STF. Em princípio pode parecer assustador reformar em prejuízo, mas o STF, ao adotar as premissas para modular os efeitos e garantir a segurança jurídica genericamente, não o resguardou, não cabendo às instâncias inferiores fazê-lo.

Por derradeiro resta frisar que a discussão na Justiça do Trabalho, inicialmente envolvia os índices de correção monetária. Contudo, diante dos critérios adotados nas decisões vinculantes, os juros continuarão no percentual de 1% na fase pré-judicial (quando adotado o IPCA-E como correção monetária) mas, a partir da fase judicial, a adoção da taxa SELIC envolve correção monetária e juros, mercê da decisão do STF e para evitar anatocismo.

Neste passo, **dou provimento** ao recurso para que sejam adotados os índices determinados pelo STF, quais sejam a incidência do IPCA-E (+ juros de 1% ao mês) na fase pré-judicial, tal como deferido em sentença, e a partir da citação, a incidência apenas da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), considerando-se que esse índice abrange juros e correção monetária. TRT da 23.^a Região; Processo: 0000241-11.2019.5.17.0001; Data: 09-11-2021; Órgão Julgador: GAB. DESA. WANDA LÚCIA COSTA LEITE FRANÇA DECUZZI - 2^a Turma; Relator(a): WANDA LUCIA COSTA LEITE FRANCA DECUZZI)

Tratando da questão da aplicação irretroativa e imediata da Lei Processual, relativa à entrada em vigor do NCPC, Eduardo Cambi e Alencar Frederico Margraf (*in* Direito Intertemporal - Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 7 / coordenadores, Flávio Luiz Yarshell, Fábio Guidi Tobosa Pessoa. - Salvador: Juspodivm, 2016, p. 157-158) lecionam que:

A regra da não retroatividade (irretroatividade) da lei processual, prevista no artigo 14 do NCPC, está em conformidade com o princípio *tempus regit actum* e busca preservar o culto à segurança das relações e situações jurídicas já finalizadas. Também exclui a obrigatoriedade de renovação de ato validamente praticado sob a vigência da lei processual anterior.

Por outro lado, aceitar a retroatividade da lei como regra colocaria em situação de risco toda a sociedade, pois permitiria que atos processuais e processos já encerrados voltassem a ser discutidos. Dar vazão à insatisfação permanente da parte sucumbente acarretaria, além da insegurança social, a instabilidade jurisdicional e o descrédito no Poder Judiciário.

Não obstante, a Suprema Corte trabalhista já decidiu acerca do tema, perfilhando o entendimento de que não seria possível que a lei retroagisse para processos já iniciados à antes da vigência da lei 13.467/2017, *in verbis*:

IV- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS 1. A reclamação trabalhista foi ajuizada em 23/02/16, ou seja, antes de 11/11/2017. Assim, não há que se falar em honorários advocatícios sucumbenciais na situação dos autos, não se aplicando o art. 791-A e parágrafos da CLT, devendo ser aplicadas as diretrizes do art. 14 da Lei 5.584/1970 e das Súmulas 219 e 329 do TST. 2. O entendimento consolidado no âmbito desta Corte Superior anteriormente à lei da reforma trabalhista, com base nos arts. 14, 16 e 18 da Lei nº 5.584/70, e nas Súmulas 219, I, e 329 do TST, é no sentido de que a condenação ao pagamento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho sujeita-se à constatação da ocorrência concomitante de três requisitos: (a) sucumbência do empregador, (b) estado de miserabilidade jurídica do Reclamante e (c) assistência do trabalhador pelo sindicato da categoria (existência de credencial sindical). 3. O acórdão regional registra estarem presentes todos esses requisitos no presente processo. 4. Sendo a Reclamante pessoa física, a sua declaração na petição inicial de ausência de condições financeiras para arcar com as despesas processuais, presume-se verdadeira, não havendo necessidade de comprovação, com base no art. 99, § 3º, do CPC/15, aplicável ao processo do trabalho por força do art. 769 da CLT. 5. Diante da consonância do acórdão regional com as Súmulas 219 e 329 do TST, não é possível impulsionar o recurso de revista com base em divergência jurisprudencial, com espeque no art. 896, § 7º, da CLT, e na Súmula 333 do TST. Agravo interno de que se conhece e a que se nega provimento " (Ag-AIRR-218-25.2016.5.06.0018, 7ª Turma, Relator Desembargador Convocado Roberto Nobrega de Almeida Filho, DEJT 14/06/2019).

"PROCESSO POSTERIOR ÀS LEIS Nº 13.015/2014 E 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA. A princípio, verifica-se o atendimento ao requisito da transcendência política, na medida em que a decisão regional parece contrariar a jurisprudência desta Corte Superior, nos termos do art. 896-A, §1º, II, da CLT. I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RÉ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. REFORMA TRABALHISTA. DIREITO INTERTEMPORAL. A Instrução Normativa 41/TST de 21/6/2018, que dispõe sobre a aplicação das normas processuais da Consolidação das Leis do Trabalho alteradas pela Lei nº 13.467/2017, dispõe em seu art. 6º que "a condenação em sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017)". No caso vertente, a reclamação trabalhista foi ajuizada antes de 11/11/2017, não sendo aplicável ao caso o art. 791-A, da CLT, introduzido pela Lei nº 13.467/2017. Precedentes. Agravo de instrumento conhecido e desprovido (ARR-10399-08.2017.5.03.0027, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 31/05/2019).

Ante o exposto, coaduna o entendimento que, considerando o princípio da irretroatividade da lei (CF, art. 5º, XXXVI) e, conseqüentemente, os princípios da

segurança jurídica e da confiança, a Lei 13.467/2017 (reforma trabalhista) não deve ser aplicada aos contratos de emprego em curso na data do início de sua vigência.

2.6 POSICIONAMENTO POLÍTICO ADOTADO PELO BRASIL ACERCA DO DIREITO DO TRABALHO

Para apresentar uma retrospectiva política acerca dos direitos trabalhistas, voltaremos ao ano de 2003, onde o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fez algumas reformas nas leis trabalhistas. Inserindo novas leis como:

O retorno ao sistema de pagamento do salário-maternidade, pela empresa, eis que ele vinha sendo feito diretamente pelo INSS, mediante a compensação com recolhimentos de contribuições previdenciárias (Lei n. 10.710, de 5.8.2003);

O Estatuto do Idoso que protege as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos contra a discriminação em qualquer trabalho ou emprego (Lei n. 10.741, de 3.10.2003);

O Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego para Jovens (Lei n. 10.748, de 22.10.2003);

A autorização para desconto em folha de pagamento de valores de empréstimo bancário, financiamento ou arrendamento mercantil do empregado (Lei n. 10.820, de 17.12.2003);

As hipóteses legais que configuram condições análoga a de escravo (Lei n. 10.803, de 11.12.2003);

O reajuste do valor do salário mínimo (Lei n. 10.888, de 24.6.2004);

A autorização de saque dos depósitos do FGTS diante de necessidade pessoal cuja urgência e gravidade decorram de desastre natural, pelo

trabalhador residente em áreas comprovadamente atingidas (Lei n. 10.878, de 8.6.2004).

O direito coletivo do trabalho, em 2004 chegou a um projeto de reforma sindical, mas diante das críticas que recebeu pelo setor sindical, não foi enviado ao Poder Legislativo. Sendo que parte do projeto se transformou em lei, sendo aprovada pelo Congresso Nacional, Lei das Centrais Sindicais (Lei n. 11.648, de 2008). (NASCIMENTO, A. M. 2015; NASCIMENTO, S. M. 2015).

No governo posterior, agora presidido por Dilma Rousseff, foi modificada a lei do aviso-prévio para dar cumprimento ao preceito constitucional de 1988 da sua proporcionalidade ao tempo de serviço do empregado, na mesma empresa bem como se ampliou o art. 62 da CLT, que discorre sobre o trabalho a distancia. (NASCIMENTO, A. M. 2015; NASCIMENTO, S. M. 2015). O governo não teve interesse em reforma geral da legislação trabalhista porque toda reforma trabalhista provoca disputas políticas indesejadas. (NASCIMENTO, A. M. 2015; NASCIMENTO, S. M. 2015).

A Reforma Trabalhista foi aprovada em novembro de 2017, no governo do então Presidente da República, Michel Temer. A reforma trabalhista alterou mais de 200 (duzentos) pontos da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

A proposta prometia a diminuição da oferta de vagas, todavia atendeu a interesses do mercado financeiro e dos empresários, segundo o analista político Marcos Verlaine, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar-DIAP.

“Essa tentativa de alterar a CLT vem de muito tempo. Não é uma coisa recente. Entretanto, desde a redemocratização, os empresários e o mercado não conseguiram reunir os elementos para aprovar a mudança, que seriam: uma bancada no Congresso com esse objetivo, força política na sociedade brasileira e uma dificuldade do movimento sindical de resistir”, disse Verlaine.

Para enfraquecer os sindicatos, a reforma atacou a fonte de financiamento das entidades. “Houve uma queda de mais ou menos de 80% da arrecadação

dos sindicatos com o fim da contribuição obrigatória. Isso desequilibrou bastante as negociações”, afirmou.

As mudanças trazidas pela Reforma, segundo Verlaine, alteraram radicalmente as características da CLT e abriram espaço para a precarização dos empregos.

Sai a consolidação das leis do trabalho e entra a consolidação das leis de mercado. A legislação vigente privilegia o patrão e o mercado em detrimento do trabalhador”, resumiu o analista político. A criação de novas modalidades de contratação, com flexibilização aguda dos direitos trabalhistas, salários menores e pouca margem para negociação, dá a tônica da reforma. Quanto a economista Marilane Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais de Economia de Trabalho da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

“Esses contratos têm uma renda muito instável. Se você tem uma renda instável, você não planeja o futuro. Não tem perspectiva de assumir qualquer tipo de compromisso, contratação de crédito. Isso tem impacto sobre o consumo, a produção e o investimento. As medidas da reforma não têm condições de contribuir para que se retome a atividade econômica”, constata.

A partir da leitura dos posicionamentos de estudiosos na área podemos afirmar que a reforma trabalhista trouxe mais prejuízos ao trabalhador, beneficiando em grande escala a massa dos empresários.

No que diz respeito ao atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, este desde o início de seu mandato expôs sua visão de que é preciso aprofundar a reforma trabalhista aprovada pelo Governo Temer: “O Brasil é o país dos direitos em excesso, mas faltam empregos. Olha os Estados Unidos, eles quase não têm direitos. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista”.

Em outro momento o Chefe de Estado, afirmou que: a reforma trabalhista teria "que se aproximar da informalidade" para que empregos pudessem ser gerados. Em outras ocasiões, Bolsonaro já havia falado sobre o "tormento" de ser patrão no país, algo que repetiu em teor semelhante: "Eu não quero, eu podia ter uma micro empresa com cinco funcionários. Não tenho por quê? Eu sei das

consequências depois se o meu negócio der errado, se eu mandar alguém embora, entre outras coisas. Devemos mudar isso daí". Por fim, o presidente faz ataques ao Ministério Público do Trabalho, cujas atribuições incluem fiscalizar trabalho em condições análogas à escravidão, trabalho infantil e outras irregularidades, e a própria existência da Justiça do Trabalho. "O Ministério Público do Trabalho. Pelo amor de Deus, se tiver clima a gente resolve esse problema. Não dá mais para continuar – quem produz sendo vítimas de ações de uma minoria, mas de uma minoria atuante", aduziu o Presidente.

Ao decorrer de seu mandato foi instituída e aprovada a Medida Provisória nº 1.045, que ficou conhecida por trazer o formato de uma mini reforma trabalhistas.

As principais mudanças no texto da Medida Provisória 1.045 são:

Criação do Regime especial de trabalho incentivado, qualificação e inclusão produtiva (Requip), modalidade de trabalho sem carteira assinada, sem direitos trabalhistas e previdenciários, apenas com recebimento de bolsa e vale-transporte;

Criação do programa primeira oportunidade e reinserção no emprego (Priore), incentivo ao primeiro emprego para jovens e estimula a reinserção de pessoas acima de 55 anos com menor FGTS;

Criação de uma modalidade de trabalho sem direito a férias, 13º salário e FGTS;

Redução do pagamento de horas extras para algumas categorias com jornada reduzida, como bancários, jornalistas e operadores de telemarketing;

Aumento o limite de jornada de trabalho para mineiros;

Dá mais força ao acordo individual entre empresa e empregado, limitando o poder de juízes anularem pontos do acordo;

Dificulta a fiscalização, inclusive em casos de infrações graves, como a do trabalho análogo à escravidão.

Ademais, entre outros prejuízos a classe trabalhadora, podemos ressaltar o art. 66 da referida Medida, que ameaça os direitos dos jovens, no que tange o programa “jovem aprendiz”.

A UNICEF divulgou uma nota pedindo a proteção da Lei de Aprendizagem, conta o artigo 66. O órgão das Nações Unidas alerta para as consequências para a educação e empregabilidade de jovens.

“Uma geração prejudicada pelos impactos da pandemia da covid-19 será mais uma vez excluída das oportunidades de inclusão social e desenvolvimento integral por medidas que vão agravar as graves desigualdades existentes no País. Por tudo isso, o UNICEF pede que a Câmara dos Deputados rejeite o Artigo 66 do relatório em discussão, mantendo os direitos de adolescentes e jovens ao trabalho decente”.

Desde antes de ser eleito Bolsonaro já vinha sinalizando que um tempo com menos direitos poderia estar no horizonte do trabalhador brasileiro como uma espécie de remédio amargo para a criação de empregos. “O que o empresariado tem dito pra mim, e eu concordo, é o seguinte: o trabalhador vai ter que viver esse dia: menos direitos e (com mais) emprego, ou todos os direitos e desemprego”, afirmou o Presidente. A alteração exigiria mudanças na legislação que não foram feitas na reforma trabalhista, aprovada no Senado em julho de 2017 e sancionada pelo presidente Michel Temer.

Ruy Braga, especialista em sociologia do trabalho da Universidade de São Paulo, também concorda que no momento atual uma flexibilização dos contratos não surtiria o efeito desejado. “Você tem hoje no país uma taxa alta de desemprego por uma combinação de crise econômica com supercapacidade das empresas. O que cria emprego não é rebaixamento dos contratos, é investimento público e privado”, afirma. “Por que um empresário vai ampliar sua planta se não está nem usando toda a capacidade? Esta proposta aumenta a desigualdade e impede que o motor do consumo possa ser um ente dinamizador da economia. Uma proposta como essa não resolve o problema do investimento e piora a situação ao não oferecer ampliação do emprego”.

Além de não resolver o problema, a adoção de dois regimes de trabalho diversos poderá provocar insegurança jurídica. “Para ele propor a criação de um documento desse teria que haver uma nova rodada de revisão na lei trabalhista, Bolsonaro teria que aprovar uma nova reforma que abra essa possibilidade de dois vínculos diferentes”, afirma Alexandre Chaia, economista do Insper. Além disso, caberia ao capitão provar que esta alteração é constitucional. “Isso pode gerar contestações no Supremo Tribunal Federal, não é uma ideia simples de se concretizar”. Chaia acredita que a existência de dois regimes provocará processos por “assédio moral” e outros problemas trabalhistas.

Além disso, o professor também não acredita que no contexto atual a “No momento em que vivemos, mesmo tendo uma carteira de trabalho sem encargos não necessariamente haveria um aumento das contratações, tendo em vista o cenário de mercado nervoso e expectativas econômicas que não são boas”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, podemos concluir que o trabalho nos períodos mais remotos nos era tido como meio de penalizar aqueles que possuíam dívidas ou realizavam atos ilícitos perante aquele meio de convivência. Contudo, com passar dos anos, o trabalho ganhou uma cara nova, vindo a ser tido como estilo de vida digna levado por aqueles que possuíam emprego, enquanto os desempregados são tidos, por muitas vezes, como preguiçosos ou desinteressados. Deste modo é possível notar uma mudança drástica do conceito de trabalho ao longo dos séculos, em virtude disso é que nós temos essa necessidade, esse anseio em lutar por condições ainda mais dignas de trabalho, bem como o de proteger os direitos já existentes e lutar por novas vantagens a serem aferidas pelos trabalhadores a fim de se enquadrarem cada vez mais nessa sociedade altamente consumerista. Por isso é que aqueles que entendem realmente o conceito do trabalho e como essa figura se tornou importante para a subsistência do ser humano é que lutamos para manter aquilo que já foi conquistado de forma árdua e que levou anos e anos para se tornar realidade, isso sem contar as inúmeras perdas ao longo desse processo revolucionário.

Contudo, ainda há muito que se discutir, uma vez que grande parcela das pessoas envolvidas com Poder Legislativo e Executivo encontram-se em desacordo com o entendimento adotado pelo Brasil acerca dos direitos e garantias individuais do trabalhadores, bem como dos direitos trabalhistas consolidados ao longo do tempo, ao argumento de que estes direitos tornam onerosos demais os encargos enfrentados pela classe empresária, isso em virtude do *Lobbying* que existe dentro dos órgãos do Poder Legislativo e Executivo, bem como da influência que os partidos apoiadores detêm sobre aqueles eleitos para representar os interesses sociais. O que é evidenciado pelo posicionamento adotado pelo Ex-presidente Michel Temer ao apoiar e sancionar a Lei nº 13.467/2017, responsável por alterar mais de 200 (duzentos) pontos da CLT, com proposta de amenizar os impactos da crise vivenciada pelo Brasil, bem como aumentar a oferta de vagas no mercado do trabalho, ocorre que resultou em finalidade diversa daquela apresentada, ao passo que seu real interesse era favorecer os empresários e os interesses do mercado financeiro, tentando reduzir as custas tirando daqueles que já se encontram em condição de hipossuficiência quando levantamos a relação empregado X empregador, ou seja, reduzindo os direitos trabalhistas, aumentando a margem contratual privada acerca dos contratos trabalhistas seria possível reduzir os gastos existentes em uma empresa, deixando ainda mais ricos aqueles que já tem dinheiro e menos ricos os trabalhadores que lutam diariamente para sustentar essa sociedade altamente consumerista.

Nesta senda, o atual presidente, Jair Bolsonaro, se atenta apenas aos interesses dos empregadores, não sendo o bastante também luta pela extinção dos órgãos fiscalizadores da Justiça do Trabalho, sendo o principal o Ministério do Trabalho e Emprego que ao se fundir com o Ministério da Fazenda se tornou o Ministério da Economia e teve sua autonomia funcional drasticamente reduzida, atendendo, assim, mais uma vez aos interesses dos empresários/empregadores.

Neste íterim, é que o órgão de cúpula máxima, Supremo Tribunal de Federal, bem como o órgão máximo trabalhista, Tribunal Superior do Trabalho, precisam lutar diariamente contra as injustiças levantadas pelos oprimidos nas

relações trabalhistas, quais sejam, os empregados que se encontram em situação de hipossuficiência quando levantamos a violação de princípios constitucionais, bem como de direito e garantias individuais conferidos pela própria Carta Magna.

4 REFERÊNCIAS

CONSTITUIÇÃO, BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Consolidação das Leis do Trabalho Organizada. 8ª ed. Saraiva Jur, 2021.

SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. Trabalho escravo no Brasil na atualidade. São Paulo, LTr, 2000.

BUENO, Franciso da S. Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa. São Paulo: Lisa, 1988.

PRADO, Adônia Antunes. (Coord.). Terra e Trabalho Escravo, Violência e Impunidade, Niterói, UFF-Centro de Estudos Sociais Aplicados, 2002.

PLASSAT, Xavier. Erradicação do trabalho escravo? Ficou para outra vez, in: Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo, Brasil-2005, CPT, Goiânia, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; SAKAMOTO, Leonardo (coord.) Trabalho escravo no Brasil do Século XXI. Brasília, OIT, 2006.

LE BRETON, Binka. Vidas roubadas – a escravidão moderna na Amazônia brasileira. São Paulo, Edições Loyola, 2002.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho. 28ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.

Introdução à filosofia de Marx Categoria Filosofia Etiquetas: Expressão Popular, Ivo Tonet, Sérgio Lessa.

ARISTÓTELES. A política. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 4.reimp. da 7.ed. Coimbra: Almedina, 2003.

BRASIL. Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Diário

Oficial da União, Brasília, 09.02.2005.

Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região: vol. 21, n. 38 (2011).

in Direito Intertemporal. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 7 / coordenadores, Flávio Luiz Yarshell, Fábio Guidi Tobosa Pessoa. - Salvador: Juspodivm, 2016, p. 157-158.

HISTÓRIA DO MUNDO, SILVA, Daniel. Pré-História. Disponível em: <<https://www.historiadamundo.com.br/pre-historia>>. Acesso em: 02 de abril de 2021.

BRASIL DE FATO. Reforma trabalhista reduziu renda, não gerou emprego e precarizou trabalho. 11 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/11/11/reforma-trabalhista-reduziu-renda-nao-gerou-emprego-e-precarizou-trabalho>>. Acesso em: 05 de abril 2021.

BRASIL, Unicef. UNICEF pede que Câmara dos Deputados proteja a Lei da Aprendizagem. 03 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-pede-que-camara-dos-deputados-proteja-lei-da-aprendizagem>>. Acesso em: 08 de out. de 2021.

GRANATO, Luisa. MP 1.045: Entenda a nova reforma trabalhista aprovada na Câmara. 13 de agosto de 2021. Disponível em: < <https://exame.com/carreira/mp-1-045-entenda-nova-reforma-camara/>>. Acesso em: 06 de setembro de 2021.

SANTOS, Rafa. Decisão que anulou dispositivos da reforma trabalhista foi destaque. 23 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-out-23/decisao-anulou-dispositivos-reforma-trabalhista-foi-destaque#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20do%20Supremo%20Tribunal,lit%C3%ADgios%20benefici%C3%A1rios%20da%20gratuidade%20judicial>>.

Acesso em: 25 de out. 2021.

AMBITO JURÍDICO. O Trabalho e Sua Ressignificação ao Longo de História. 22 de julho de 2019. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito->

[do-trabalho/o-trabalho-e-sua-ressignificacao-ao-longo-de-historia/](#)>. Acesso em: 06 de março de 2021.

DESCOMPLICA. História da escravidão. 18 de junho de 2019. Disponível em: <<https://no.descomplica.com.br/historia-da-escravidao/vestibulares>>. Acesso em: 25 de março de 2021.

MELO, Geraldo Magela. Juslaboris. O direito do trabalho e o princípio da vedação ao retrocesso. 20 de maio de 2011. Disponível em: <<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/103098>> Acesso em: 10 de set. 2021.

BRASÍLIA. Tribunal Superior do Trabalho. RR-109600-62.2007.5.01.0064. EMMANOEL PEREIRA Ministro Relator. Disponível em: <<https://www.tst.jus.br>> Acesso em: 10 set. 2021

BRASÍLIA. Supremo Tribunal Federal, ADI 493, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 04.09.1992. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>> Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região. Processo: 0000241-11.2019.5.17.0001. Data: 09-11-2021. Órgão Julgador: GAB. DESA. WANDA LÚCIA COSTA LEITE FRANÇA DECUZZI. Disponível em: <<https://portal.trt23.jus.br>> Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Des. CORREA, Daniele. 04 de março de 2019. Ag-AIRR-218-25.2016.5.06.0018, 7ª Turma, Relator Desembargador Convocado Roberto Nobrega de Almeida Filho. Disponível em: <<https://trt-17.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/829348916/rot-16179420175170003/inteiro-teor-829348936>> Acesso em: 10 de março de 2020.

Brasil. Min. BERLMONTE, Alexandre de Souza. Ano 2017. ARR-10399-08.2017.5.03.0027, 3ª Turma, DEJT 31/05/2019. Disponível em: <<https://portal.trt17.jus.br>> Acesso em: 10 março de 2020